

FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS NO DIREITO LABORAL BRASILEIRO: CELERIDADE E DESPREPARO

Saulo de Tarso Gambarra da Nóbrega (*)

O presente trabalho consiste numa análise dos fatores, que são objeto de grandes discussões atuais, sobre o processo flexibilizatório das normas do Direito do Trabalho no Brasil.

Na concepção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a flexibilização, é “a capacidade dos indivíduos, na vida econômica, e, em particular no mercado de trabalho, de renunciar seus hábitos e de se adaptar a novas circunstâncias. Esta faculdade de adaptação depende, de um lado, das aptidões pessoais e, de outro, do clima existente. (...) Assim concebida, a flexibilidade situa-se num quadro mais amplo da capacidade de mudança sobre os planos econômicos e social, da qual deve ser experimentada tanto pelas instituições como pelos indivíduos, pelos empregadores e trabalhadores”¹.

É fundamental dar início a esta reflexão, recorrendo ao pensamento formulado pelo jusfilósofo Miguel Reale: “*a vida dos moldes jurídicos se desenvolvem entre dois fatores operantes, um visando à sua preservação e permanência, outro reclamando a sua reforma ou substituição, o que assegura à experiência dos modelos jurídicos uma autocorreção, num processo de marcado feedback, isto é, de contínua regeneração ou realimentação, a qual se dá em função de mutações operadas no plano dos fatores, dos valores e do próprio ordenamento normativo global, repercutindo imediatamente nos domínios cambiantes da Hermenêutica Jurídica*”².

Observa-se que o Direito trabalhista, não está à parte desse questionamento, pois, apresenta maior sensibilidade, devido a natureza das suas funções, a qual se desenvolve perante a sociedade, encaixando-se entre as pressões de ordem econômica e social existentes.

No decorrer do trabalho, serão destacados aspectos, que , representam de maneira específica os fatos que impõe o posicionamento da flexibilização no Brasil, são eles: as dificuldades e problemas a serem enfrentados por esse processo, dos quais abre-se um apanhado sobre a realidade da sociedade brasileira; as causas para a sua objetivação no país, ou seja, a forte pressão exercida pelos agentes exteriores (avanços tecnológicos, globalização e neoliberalismo); suas conseqüências, caso torne-se realidade; e por fim, o processo brando de implantação da flexibilização baseado na jurisprudência, experiências e modificações no nosso ordenamento jurídico trabalhista.

**Saulo de Tarso Gambarra da Nóbrega é Aluno da
Faculdade de Direito do UNIPÊ - PB**

Trabalho classificado em 1º lugar no II ENCONTRO ACADÊMICO TRABALHISTA – ENAT, realizado pela ESMAT/PB em maio de 2002

I. Dificuldades para a implantação do processo flexibilizatório do Direito trabalhista no Brasil:

A problemática (sócio-econômica e política) existente no país, deverá apresentar-se como uma barreira para a concretização da flexibilização das normas trabalhistas.

A realidade brasileira não se compara aos moldes europeus, pois, está já atingiu uma qualidade de vida bem satisfatória. Enquanto, que no Brasil, os graus de analfabetismo, ignorância, miséria absoluta, marginalidade cultural, despreparo profissional, aliado à desigualdade na distribuição de riquezas formada por uma grande parcela da sociedade do país, sobrevive abaixo do nível de vida mínimo para a sustentação de uma família. Este descompasso das duas realidades não admite que se proceda, juridicamente, lá e aqui, da mesma forma. O desequilíbrio dos padrões sociais é marcante na nossa sociedade.

Esses fatores têm a capacidade de desestruturar todo o ordenamento jurídico trabalhista. Além, dos quais ainda persistem, em nosso país, situações como o grave problema do trabalho escravo e infantil, enraizado na nossa cultura, acompanhados do uso da violência tem gerando a degradação do ser humano.

Na atual conjuntura, o Brasil apresenta um grau de dificuldades particularmente dramáticas, sob a égide da política neoliberal, detectada pelo acréscimo violento acerca da dívida externa e pela crescente dependência econômica. Seguido pelos ensinamentos do Ex. Ministro Orlando Teixeira: “não se pode, entretanto, flexibilizar o Direito do Trabalho no Brasil, sem o cuidado de diferenciar realidades e relações”³.

II. Os agentes causadores para objetivar a flexibilização do Direito do Trabalho no Brasil:

A imposição de um política econômica (tornando os mercados “livres”), tem suscitado um reestruturação que incide violentamente sobre as relações de trabalho, a partir de alguns fatores externos e determinantes, a saber:

1- Revolução Tecnológica:

Na opinião do sociólogo e ensaísta alemão Robert Kurtz: “pela primeira vez na história da modernidade, a nova tecnologia é capaz de economizar mais trabalho em termos absolutos, do que é necessário para a expansão dos mercados de novos produtos. Na terceira revolução industrial, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão. A eficácia de uma fase expansionista criadora de emprego deixou de existir. O desemprego tecnológico da antiga história da industrialização fez seu retorno

triunfal, só que agora não se limita a um ramo de produção, mas se espalha em todas as indústrias, por todo o planeta”⁴.

Os trabalhadores, dispensados do trabalho assalariado, da condição que os mantinha como tais, entregues a si mesmos, sobrevivem em formas distintas em meio a toda sorte de privações. O trabalho vivo cede lugar em velocidade espantosa às máquinas automatizadas e autocontroladas⁵.

2- Globalização da economia:

É o novo nome do Imperialismo, mas dentro da perspectiva atual, correspondente à ampliação de contratos entre os povos por meio do comércio de produção industrializados.

Diante desse panorama, alguns autores tiram as seguintes conseqüências: diluição e despersonalização da relação patrão empregado; o trabalho produtivo vai-se tornando cada vez mais intenso em conhecimento; há necessidade de desenvolver um esforço permanente de incorporar os setores atrasados de mão-de-obra; impõe-se a necessidade de reavaliar as regras que regulam as relações de trabalho, de modo a não perder a competitividade frente aos concorrentes internacionais⁶.

3. Neoliberalismo:

É a terceira causa que está determinando profundamente transformações nas relações de trabalho. Trata-se da visão modernizada do liberalismo econômico do séc.XVIII.

As raízes do liberalismo, devem ser ressaltadas, pois estão fundadas no *darwinismo social*, na teoria da seleção natural, decorrente da “luta pela existência”⁷.

Obsta, que isso não se faz, como na mencionada luta pela existência, de maneira livre, espontânea e descontrolada, mas de modo programado e intencional, principalmente por meio das instituições bancárias internacionais destinadas ao fomento do desenvolvimento econômico mundial e intercontinental⁸. Um exemplo óbvio, implantado no Brasil é a intervenção do FMI (Fundo Monetário Internacional), coordenando os rumos da economia nacional.

O concurso desses três agentes, é o que está determinando a vontade de implantar a flexibilização no ordenamento jurídico brasileiro. Para submeter-se às exigências que a ordem econômica atual os impõem.

III- As conseqüências do processo de flexibilização das normas trabalhistas, ligada a vida do empregado:

O respeito à pessoa do trabalhador, à dignidade, são preceitos que norteiam o Direito do Trabalho, para o aperfeiçoamento das relações empregatícias.

A imposição da flexibilização é constituída por fatores econômicos, que poderão tornar-se instáveis, causando em determinado momento de crise sérios danos as

empresas, e conseqüentemente empregado. Nas palavras do Ex. Ministro Orlando Teixeira: “não se pode repartir no Brasil, os prejuízos da crise com quem vive na miséria absoluta”⁹.

O equívoco da flexibilização reside no suporte econômico, pois, faz dessas fatores os determinantes dentro da sociedade, enquanto que na realidade são concorrentes dos demais fenômenos sociais.

A crise estrutural, decorrente do dualismo da sociedade brasileira, onde uma minoria da parcela da população participa da economia, com uma situação de vida correspondente às dos países europeus, e a maioria é excluída vivendo em condições miseráveis.

Um dos efeitos mais perversos de uma crise é o desemprego estrutural. A conseqüência dessa causa é o aumento na sociedade brasileira, de um grande mercado informal, isto é, clandestino, sem qualquer acolhimento da legislação trabalhista acerca deste problema.

O Direito Trabalho não poderá perder o seu sentido, isolando-se da realidade sócio-econômica da qual participa como mediador das relações, estruturando as relações de produção e harmonizando interesses divergentes.

IV- Jurisprudência: forma branda para atingir o objetivo da flexibilização.

A experiência flexibilizadora não é totalmente desconhecida pelo ordenamento jurídico nacional. Este, desde algum tempo, consagra medidas dessa natureza, das quais, inclusive, foram ampliadas na Carta Magna de 5 de outubro de 1988, são elas: a sub-emprego; locação de mão-de-obra; contrato por prazo determinado; redução no tempo de trabalho, entre outros¹⁰.

Os procedimentos têm aceitação pacífica, sem reações negativas pela classe trabalhadora, excetuando as tentativas de redução de salário impostas pela lei.

A dinâmica do Direito trabalhista do Brasil manifesta-se através de sentenças normativas da justiça do trabalho, que foram incorporadas ao texto da Lei Maior. Essa interatividade da jurisprudência é oriunda das ações coletivas, pois grande parte dessas normas reflete apenas o que autonomamente e em ocasião diversa, empregados e empregadores ajustam através de convenções acordos coletivos de trabalho.

O processo flexibilizatório deveria ser orientado de maneira sistemática, não de forma impositória, como deseja os agentes externos. Pois, o grave problema que vivenciamos, seria paulatinamente equacionado e efetivado.

O que temos é pouco, talvez pobre mas é o que representa a nossa realidade jurídico-laboral no momento.

Considerações Finais:

Ao término deste trabalho, percebe-se, que é extremamente intensa e rápida a busca de uma solução para os problemas enfrentados pela relação empregado e empregador.

A supremacia das políticas neoliberais e de cunho globalizante, exercendo pressões para que esse processo torne-se uma realidade em nosso ordenamento trabalhista. Também, deve ser considerado poderio das empresas de grande porte (Multinacionais), contribuindo conjuntamente com esses mediadores.

A flexibilização e a terceirização revolucionam processos produtivos e, na mesma medida, relações de trabalho. O resultado tem sido o desemprego, o subemprego, a transformação de ex-operários em trabalhadores temporários e parciais, em indivíduos sem direitos¹¹.

A teoria darwiniana é transportada para este plano econômico, ao qual, observamos a predominância do forte sobre o fraco, afastando qualquer possibilidade de aplicação da ética em seu cotidiano. Perdendo a relação trabalhista, características como a opção e o consenso, da parte do trabalhador, que serão submetidos às imposições, diretas da empresa a que estiver vinculado. A flexibilização e a terceirização revolucionam processos produtivos e, na mesma medida, relações de trabalho. O resultado tem sido o desemprego, o subemprego, a transformação de ex-operários em trabalhadores temporários e parciais, em indivíduos sem direitos¹⁰.

As medidas de caráter flexibilizatório, serão inevitavelmente aceitas pelo nosso ordenamento jurídico trabalhista. Mas, deverá o legislador antecipar-se ao percebe, que os pilares sustentadores do Direito Laboral seja de qualquer maneira abalados. Os princípios desse ramo, deverão ser preservados e mantidos, combatendo o poder do favorecido, sem privilegiar o desvalido, ou seja, harmonizar os interesses contrários, objetivando a justiça social .

Bibliografia:

1. NASSAR, Rosita de Nazaré Sidrim. *Flexibilização do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1991, p. 18 – 19.
2. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 1980. Apud. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 11.ed., ver. e aum. São Paulo: Saraiva, 1995, p.
3. COSTA, Orlando Teixeira da, 1929 – 1998. *O direito do trabalho na sociedade moderna*. São Paulo: LTr, 1998, p. 46.
4. COSTA, Orlando Teixeira da. (Op. cit.), p.62.
5. OURIQUES, Nildo Domingues, RAMPINELI, Waldir José(Organ.), [FIOD, Edna Garcia Maciel]. *No Fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 221.
6. Ibidem, p.63.
7. Ibidem, p.64.

8. Ibidem, p.65.

9. Ibidem, p.47.

10. NASSAR, Rosita de Nazaré Sidrim.(Op. cit.), p.169.

11. OURIQUES, Nildo Domingues, RAMPINELI, Waldir José(Organ.), [FIOD, Edna Garcia Maciel]. (Op. cit.), p. 221.

A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO CIVIL E TRABALHISTA

Ana Kalline Soares Castor Zia (*)

Introdução

O estudo que segue tem por escopo delinear aspectos de sutil importância à Justiça, especialmente no campo do Processo Trabalhista. Cumpre colocar que analisaremos o instituto da Intervenção de Terceiros, amplamente mencionado no Processo Civil Brasileiro, em observância à possibilidade ou não de sua utilização no Processo do Trabalho.

Efetuiremos comentários pertinentes relacionados a cada possível intervenção de terceiros, verificada na legislação pátria, finalizando por apresentar comentários acerca de sua efetivação na Justiça do Trabalho.

Salientamos, *prima facie*, que este não é tema pacífico entre nossos doutrinadores e que em nenhuma hipótese é nosso objetivo o de impor verdades absolutas. Antes, acreditamos que a nós, estudiosos do direito, incumbe a responsabilidade de levantar discussões que possibilitem o engrandecimento da Justiça Brasileira.

Capítulo I – Intervenção de Terceiros no Processo Civil

1.1. Definição e Aspectos Importantes

Processo, em direito, corresponde à idéia de desenvolvimento de certa atividade jurisdicional visando a obtenção da tutela jurídica estatal. Desnecessário relembrar a inaplicabilidade, nos dias atuais, da auto tutela, ou mesmo da defesa privada. Deste modo, quando certo indivíduo tem uma pretensão que é resistida por outrem, e ambos não conseguem solução pacífica para tal dilema, o caminho a ser seguido é o da busca da tutela jurisdicional do Estado. Sendo a pretensão resistida colocada sob análise do Estado tem início uma relação processual, que envolve autor (parte reclamante) e réu (parte reclamada), sob o comando do Estado, representado pelo Juiz.

(*) Ana Kalline Soares Castor Zia é aluna do 6º período do curso de Direito do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê